



Diário Oficial do **LEGISLATIVO**

Câmara Municipal de Mutuípe

1

Sexta-feira • 26 de Maio de 2017 • Ano • Nº 364

Esta edição encontra-se no site: www.camara.mutuipe.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

Câmara Municipal de Mutuípe publica:

- Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre 2017.

TRANSPARÊNCIA
AUTONOMIA OFICIALIDADE

Imprensa Oficial. Tá aqui, tá legal.

Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

Imprensa Oficial
a publicidade legal
levada a sério

Relatório de Gestão Fiscal

CÂMARA MUNICIPAL DE MUTUÍPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 1º QUADRIMESTRE/2017

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESAS BRUTA COM PESSOAL (I)	1.244.800,55	0,00
Pessoal Ativo	1.050.100,55	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista		0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	194.700,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	1.244.800,55	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)	1.244.800,55	
APURACÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	38.537.195,66	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		3,23
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	2.312.231,74	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) – 5,70%	2.196.620,15	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Justiniano Faustino dos S. Filho
PRESIDENTE DA CÂMARA
CPF: 541.751.005-04

Edvaldo Santos
1º Secretário
CPF: 192.511.065-68

MARCIANO JOSÉ DE OLIVEIRA
Controlador
CRC: 10.523-4/O